

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CENTRO DE ESTUDOS
DEPARTAMENTO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
1991
4º CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO
PROVA ESCRITA PRELIMINAR ELIMITATÓRIA

1-Direito Administrativo e do Trabalho

2-Direito Processual Civil

3- Direito Constitucional

4-Direito Civil e Comercial

5-Direito Tributário

ATENÇÃO:

- A prova somente poderá ser iniciada ao terceiro sinal e após conferência conjunta – fiscal/candidatos das filhas deste caderno de questões.
- Não é obrigatória a utilização de todas as folhas do caderno de respostas.
- O rascunho será devolvido e inutilizado à vista do candidato.
- O caderno de questões permanecerá em poder do candidato.
- Ao término da prova o candidato dirigirá-se à mesa fiscal, onde destacará o canhoto do caderno de respostas, o colocará em envelope fornecido pelo fiscal e aguardará que seja lacrado.
- Não esquecer de assinar a folha de saída, com o segundo fiscal, apanhar sua identidade e o material que porventura tenha sido retido.

BOA SORTE!

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª QUESTÃO: (35 pontos)

Foi concedida pelo Município X, a prazo certo, permissão de uso de determinado terreno do domínio municipal, para funcionamento de um parque de diversões, com a execução de construções pelo permissionário. É lícita ao Município, a qualquer tempo, a retomada do imóvel, para utilizá-lo em serviço próprio? Que conseqüências resultarão do ato para ambas as partes?

2ª QUESTÃO: (35 pontos)

Estado-membro da Federação resolve implantar sistema rodoviário estadual que, em determinado trecho, atinge logradouro municipal.

Pergunta-se se, no caso, há possibilidade ou/e necessidade de desapropriação do bem do uso comum do povo pelo Estado?

Justifique a resposta.

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Funcionário municipal concursado, ocupante de cargo de auxiliar de nível médio, é posto em disponibilidade, por motivo de extinção do cargo. Posteriormente, a Administração Pública determina o seu retorno para exercer cargo diverso, mas do mesmo nível. O funcionário recusa o retorno alegando, em síntese, ser estável e concursado para o cargo extinto.

Opine acerca da questão, indicando o foro competente para dirimi-la.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

Incide a previsão do art. 191 do CPC no prazo a que se refere o art. 57 do mesmo diploma?

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

Que meios de impugnação pode o Município utilizar para defender-se dos efeitos de decisão concessiva de liminar, havida em mandado de segurança, cujo conhecimento originário seja de órgão de 2º grau de jurisdição?

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Em sessão de julgamento de recurso de apelação interposto pela municipalidade, aduz o Procurador, em sustentação oral, o argumento de inconstitucionalidade da lei federal invocada pela Apelada - tese até então não ventilada em todo o processo. À vista disso, a outra parte, igualmente por sustentação, argumenta que : a) a matéria estava preclusa, não podendo ser trazida à discussão nesse momento; e, b) a argüição era incabível ex vi do art. 125 § 2º da Constituição Federal. Analise as razões apresentadas ao Tribunal, pronunciando-se sobre seu acerto ou erro.

4ª QUESTÃO: (30 pontos)

Por acórdão unânime da Câmara Cível, Paulo, por ter sido considerado, incidentalmente, pai de Celso, foi condenado a lhe prestar alimentos, a despeito da preliminar argüída por Paulo, de ofensa à coisa julgada material de ação anterior, em que foi declarada, como questão principal, a inexistência da relação de filiação.

No acórdão consta textualmente que “a despeito dos arts. 467 e 471 do CPC, suscitados por Paulo na preliminar, o pedido mediato é diverso do objeto da ação anterior”.

Estando precluso o prazo dos embargos de declaração, indique o recurso cabível, apresentando, sucintamente, os fundamentos de admissibilidade (cabimento) e de mérito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Indique três distinções básicas entre o controle de constitucionalidade por via principal e por via incidental.

2ª QUESTÃO: (30 pontos)

Sob o ângulo formal e sob o ângulo material, o que distingue a lei e o regulamento?

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Tendo em vista os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade, queira estabelecer as diferenças de cabimento entre a ação popular e o mandato de segurança.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª QUESTÃO:

O fracasso do denominado Plano Cruzado, plano de combate à inflação, instituído pelo Governo Federal em 1986, teve por consequência o retorno do processo inflacionário, com índices que não podiam ser previstos, o que agravou excepcionalmente a situação patrimonial dos devedores de contratos sujeitos à correção monetária. Diante dessa situação, o art. 47 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias anistiou o pagamento de correção monetária nos empréstimos concedidos por instituições financeiras aos micro e pequenos empresários na vigência do citado plano econômico.

Pergunta-se:

A – Qual a teoria jurídica que inspirou o constituinte? (20 pontos). Faça breve exposição sobre esta teoria.

B – A anistia concedida pelo dispositivo constitucional em questão se estende aos avalistas dos títulos cambiais emitidos pelos micro e pequenos empresários em representação dos citados empréstimos? (30 pontos)

C – O avalista que vier a efetuar o pagamento da correção monetária tem direito de regresso contra o avalizado? (20 pontos)

2ª QUESTÃO: (30 pontos)

O devedor, que entrega ao credor a prestação objeto de uma obrigação prescrita, tem o direito de repetir? Fundamentar a resposta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

NOTA: As respostas a todas as perguntas devem mencionar os dispositivos legais e constitucionais em que se apóiem.

1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Determinado contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), desejando discutir judicialmente a cobrança do tributo em relação a certa incidência prevista na lei, ajuizou medida cautelar de depósito, preparatória da futura ação principal. Nessa cautelar, mediante depósito do valor do imposto a questionar, requereu e obteve a concessão de medida liminar, para o efeito de suspender a exigibilidade do crédito, enquanto perdurasse o feito.

Obtida a liminar, o contribuinte continuou a praticar atos definidos na lei como fatos geradores do tributo e a depositar em Juízo os correspondentes valores do imposto.

Não obstante, um agente da Administração Tributária Municipal compareceu ao estabelecimento desse contribuinte e contra ele lavrou Auto de Infração, com base na falta de recolhimento do imposto em causa.

Responder, com sucinta justificativa, se era lícito à Administração Tributária Municipal agir dessa forma.

2ª QUESTÃO: (30 pontos)

Com fundamento nos artigos 96, 100, inciso I e 161 do Código Tributário Nacional, o Secretário de Fazenda do Município baixou Resolução, estabelecendo que os débitos fiscais não liquidados nos prazos regulamentares ficariam sujeitos a juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês.

Responder, com sucinta justificativa, se é válido o ato do Secretário Municipal.

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

A Sociedade Recreativa XL requereu à Administração Tributária Municipal que fosse reconhecida a imunidade do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) relativo ao imóvel empregado em atividades ligadas a seus objetivos sociais, bem como fosse emitida declaração de não-incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre a receita auferida pela Sociedade na prestação de serviço de estacionamento de veículos, de uso exclusivo de seus empregados.

Responder, com sucinta justificativa, se esses pedidos podem ser deferidos pela Administração Tributária Municipal.